

Concessionária ViaRio S.A.

Demonstrações Financeiras Referente ao
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

Planejamento empresarial

A ViaRio foi criada em 20 de abril de 2012, quando da assinatura do Contrato de Concessão com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) ou (“Poder Concedente”). Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias do corredor expresso Transolímpica, ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, o qual fez parte do caderno de obrigações dos Jogos Olímpicos de 2016.

A Ligação Transolímpica é uma via urbana expressa com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,6 km em túneis, com praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outra em uma das alças de acesso. A via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, uma exclusiva para o sistema de ônibus BRT (isento de cobrança de pedágio) e as outras duas para os demais veículos.

Para a execução das obras e serviços necessários à implantação, a ViaRio assinou Contrato de Construção na modalidade de EPC (Engineering, Procurement and Construction Contracts) com o Consórcio Construtor Transolímpica o qual é formado pelas seguintes empresas: Construtora OAS S.A., Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A., Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

Para a viabilização das obras de implantação da Ligação Transolímpica, foi previsto no contrato de Concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à ViaRio (“Subsídio”), autorizado por lei municipal. O montante total repassado, a título de Subsídio, foi de R\$ 1.638,1 milhões (data base janeiro/2011), corrigido anualmente pelo IPCA-E (Índice nacional de preços ao consumidor amplo especial).

Receita, Mercado e Investimentos

Em 2016 as obras de implantação da Ligação Transolímpica foram finalizadas, e a via foi oficialmente inaugurada pela PCRJ em 09 de julho de 2016, sendo que sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da família olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a ViaRio iniciou a operação comercial da Ligação Transolímpica.

Foi publicada no dia 25 de agosto de 2016, no Diário Oficial do Município (“D.O.M.”), a Resolução SMTR nº 2736 de 24 de agosto de 2016, na qual o Poder Concedente resolve que (i) a ViaRio está autorizada a cobrar o valor de R\$ 5,90 para o pedágio de carros de passeio, abaixo do valor contratual de R\$ 6,60; e que (ii) a cobrança se restringe à praça principal do pedágio, não sendo autorizada a cobrança de pedágio nas alças da Estrada do Rio Grande. Em 16 de dezembro de 2016, o juízo da 16ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro proferiu decisão que, em caráter liminar, autorizou a cobrança de pedágio pela ViaRio no valor de R\$ 6,60, sendo tal decisão mantida em sede de agravo. Em observância ao prazo de 10 dias fixado na decisão do agravo para informação aos usuários sobre o aumento da tarifa, o novo valor de R\$ 6,60 passou a ser cobrado pela ViaRio em 31 de dezembro de 2016.

O total de receita bruta faturada em 2016 foi de R\$ 25,8 milhões. Em dezembro de 2016 passaram pela praça de pedágio principal um total de 1,3 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (“VEP”).

No acumulado, desde o início da Concessão até o final do exercício de 2016, os investimentos perfizeram o montante de R\$ 2.974,4 milhões, sendo R\$ 923,0 milhões com recursos próprios e R\$ 2.051,4 milhões com recursos oriundos de Subsídio (valores correntes).

Ao final de 2016, a dívida bruta da ViaRio totalizou o montante de R\$ 569 milhões, resultado do empréstimo ponte captado pela companhia (4ª emissão de debentures e emissão de CCB). A expectativa da Companhia é quitar esta dívida com recursos da dívida de longo prazo, que encontra-se em fase final de aprovação e contratação. Ao longo do exercício de 2016, a ViaRio firmou com seus acionistas contratos de mútuo no montante de R\$ 110,8 milhões, todos com vencimento em janeiro de 2034.

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da ViaRio, é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado (após constituição da Reserva Legal e de contingência, se houver). O destino do lucro remanescente, terá a destinação aprovada em Assembleia Geral. Em 2016, não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia apurou prejuízo no exercício.

Recursos humanos

Em 2016 a ViaRio mobilizou mais de 200 pessoas com foco no início da operação. Todas passaram por uma intensa preparação sobre temas técnicos e comportamentais, o que totalizou 960 horas de treinamento. A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em dezembro de 2016 era de 240 e 252, respectivamente.

A condição ergonômica, principalmente dos agentes de pedágio, foi projetada, desde a construção até o mobiliário, para tornar a execução das atividades produtiva e segura.

Responsabilidade social

Com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da região próxima a Ligação Transolímpica, a ViaRio realizou as seguintes atividades:

Projeto Ponto de Partida

O projeto teve por objetivo promover a inclusão social de forma qualificada de moradores vizinhos à via, elevando seu potencial de empregabilidade e desenvolvendo habilidades sociais. Aos moradores selecionados, promoveu-se a capacitação técnica profissionalizante e de temas transversais relacionados à formação cidadã.

Em 2016, o curso foi concluído e 217 alunos foram certificados, dos quais 66 foram contratados pela ViaRio. Os demais formandos foram encaminhados para banco de currículos de outras empresas localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

Projeto Cine em Cena

Em parceria com o Instituto CCR, foi instalada uma sala de cinema móvel onde foram realizadas 24 exibições de filmes nas comunidades Asa Branca em Curicica e Jardim Batam em Realengo, atendendo a 4.422 expectadores.

Projeto Phototruck

Em parceria com o Instituto CCR, em um caminhão equipado no formato de uma câmara de revelação de fotos, a ViaRio percorreu 3 localidades dentro de sua área de influência, Curicica, Jacarepaguá e Boiuna, realizando oficinas de fotografia e exibindo um filme sobre a história da fotografia. Foram realizadas 12 exibições atendendo a 346 pessoas. Ao final de cada parada, as fotos capturadas pelos participantes compunham uma mostra na própria comunidade.

Projeto BuZum

Em parceria com o Instituto CCR, a ViaRio adaptou um ônibus para realizar apresentações de teatro de bonecos em escolas públicas. Foram realizadas 6 apresentações com o tema Energia (educação ambiental) em 3 escolas públicas localizadas na área de influência da Concessionária, atendendo no total de 1143 alunos.

Políticas de Compliance

A ViaRio implantou em 2015, seu Código de Ética e Conduta (“Código”), que estabelece diretrizes e parâmetros de conduta ética aos seus integrantes, bem como das relações da Companhia com agentes públicos, privados, fornecedores, concorrentes e com a sociedade como um todo. Todos os administradores, empregados, prestadores de serviços e fornecedores da Companhia possuem ciência dos termos do referido Código, que também pode ser acessado livremente no website da Companhia.

Além disso, a ViaRio implementou seus Canais de Denúncias, que consistem em uma linha de telefone (0800-741-0000) e um endereço eletrônico acessível através de ícone no website da Companhia (<https://www.canalconfidencial.com.br/viario/>). Todas as informações recebidas através dos Canais de Denúncia são captadas e geridas por empresa terceirizada especializada, garantindo-se o sigilo e a imparcialidade no tratamento das informações e, ainda, a opção do denunciante de permanecer anônimo.

Considerações finais

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com serviços não relacionados à auditoria da seguinte forma: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As demonstrações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Agradecimentos

A Concessionária ViaRio S.A. agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados em 2016.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária ViaRio S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Deloitte.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº1 SP 219663/O-7

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.121	54.848	Debêntures	13	409.992	405.607
Contas a receber	7	3.086	-	Financiamentos	12	155.768	131.474
Imposto de renda e contribuição social		4.736	3.031	Fornecedores		7.531	7.223
Outros tributos a recuperar		630	603	Contas a pagar - partes relacionadas	9	79.153	26
Seguros a apropriar		902	89	Impostos e contribuições a recolher		1.035	753
Despesas antecipadas e outros		2.383	508	Obrigações sociais e trabalhistas		5.680	1.763
Adiantamento a fornecedores		401	976	Outras contas a pagar		158	-
Total do ativo circulante		<u>24.259</u>	<u>60.055</u>	Total do passivo circulante		<u>659.317</u>	<u>546.846</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Mútuos - partes relacionadas	9	118.094	-
Impostos diferidos	8b	40.789	14.074	Provisão para riscos trabalhistas	14	60	-
Impostos a recuperar		-	1.879	Impostos a recolher		1.929	-
Despesas antecipadas		1.153	-	Provisão de manutenção	15	87	-
		<u>41.942</u>	<u>15.953</u>	Total do passivo não circulante		<u>120.170</u>	<u>-</u>
Imobilizado	10	40.543	799	Patrimônio líquido			
Intangível	11	<u>874.895</u>	<u>687.147</u>	Capital social	16a	283.191	245.470
Total do ativo não circulante		<u>957.380</u>	<u>703.899</u>	Prejuízos acumulados		<u>(81.039)</u>	<u>(28.362)</u>
Total do ativo		<u><u>981.639</u></u>	<u><u>763.954</u></u>	Total do patrimônio líquido		<u>202.152</u>	<u>217.108</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>981.639</u></u>	<u><u>763.954</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	17	700.117	1.240.739
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(676.651)	(1.240.739)
Serviços		(2.582)	-
Depreciação e amortização	10 e 11	(6.719)	-
Custo com pessoal		(6.263)	-
Provisão de manutenção	15	(85)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(825)	-
Outros		(1.239)	-
		<u>(694.364)</u>	<u>(1.240.739)</u>
Resultado bruto		<u>5.753</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(12.282)	(6.817)
Serviços de terceiros		(6.443)	(2.714)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.355)	(502)
Depreciação e amortização	10 e 11	(127)	(268)
Despesas de aluguel		(275)	(377)
Seguro garantia		(36)	(187)
Contribuição sindical patronal		(170)	-
Serviços gráficos		(416)	(327)
Fotos, Filmes e Slides		(296)	-
Editais e publicações		(20)	(112)
Outros		(2.289)	(1.380)
		<u>(24.709)</u>	<u>(12.684)</u>
Outras receitas operacionais		86	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(18.870)</u>	<u>(12.684)</u>
Resultado financeiro	18	<u>(60.522)</u>	<u>(750)</u>
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(79.392)</u>	<u>(13.434)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	<u>26.715</u>	<u>4.462</u>
Prejuízo do exercício		<u>(52.677)</u>	<u>(8.972)</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	16b	<u>(0,1541)</u>	<u>(0,0455)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(52.677)	(8.972)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(52.677)</u>	<u>(8.972)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2015		67.770	(19.390)	48.380
Aumento de capital		177.700	-	177.700
Prejuízo do exercício		-	(8.972)	(8.972)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		245.470	(28.362)	217.108
Aumento de capital	16a	37.721	-	37.721
Prejuízo do exercício		-	(52.677)	(52.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		283.191	(81.039)	202.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(52.677)	(8.972)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.715)	(4.462)
Depreciação e amortização	6.846	268
Juros sobre debêntures e empréstimos e financiamentos	114.353	71.479
Capitalização de custo de empréstimos	(78.886)	(61.006)
Constituição da provisão de manutenção	85	-
Ajuste a valor presente provisão de manutenção	2	-
Constituição e juros s/ riscos trabalhistas	60	-
Juros e variação monetária sobre mútuos	9.181	-
	<u>24.926</u>	<u>6.279</u>
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber	(3.086)	-
Tributos a recuperar	147	(2.089)
Despesas antecipadas e outros	(3.841)	(453)
Adiantamento a fornecedores	575	(884)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	308	5.296
Contas a pagar - partes relacionadas	25.341	3
Impostos e contribuições a recolher	282	620
Obrigações sociais e trabalhistas	3.917	524
Outras contas a pagar	158	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(3.950)</u>	<u>324</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(36.141)	(70)
Aquisição de ativo intangível	(65.525)	(307.805)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(101.666)</u>	<u>(307.875)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos e debêntures:		
Captações	125.587	914.446
Pagamentos de principal	(130.000)	(740.000)
Pagamentos de juros	(81.261)	(76.507)
Mútuos com partes relacionadas:		
Captações	110.842	-
Integralização de capital	37.721	177.700
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>62.889</u>	<u>275.639</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(42.727)</u>	<u>(31.912)</u>
Demonstração de redução do caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	54.848	86.760
No final do exercício	12.121	54.848
	<u>(42.727)</u>	<u>(31.912)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Avenida José Silva de Azevedo Neto, n.º. 200, bloco 2, sala 107, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias da Ligação Transolímpica (“Concessão”). O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão.

O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um trecho da Ligação Transolímpica, via expressa ligando a Avenida Brasil, em Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, em Curicica, incluindo seus acessos, faixas de domínio, edificações, terrenos e benfeitorias. A Ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela PCRJ em 09 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da família olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de Agosto de 2016 a ViaRio iniciou a operação comercial da Ligação Transolímpica.

Foi publicada no dia 25 de agosto de 2016, no Diário Oficial do Município (“D.O.M.”), a Resolução SMTR n.º 2736 de 24 de agosto de 2016, na qual o Poder Concedente resolve que (i) a ViaRio está autorizada a cobrar o valor de R\$ 5,90 para o pedágio de carros de passeio, abaixo do valor contratual de R\$ 6,60; e que (ii) a cobrança se restringe à praça principal do pedágio, não sendo autorizada a cobrança de pedágio nas alças da Estrada do Rio Grande. A ViaRio tomou as medidas administrativas e judiciais cabíveis e solicitou ao Poder Concedente a revisão desta decisão.

Em 16 de dezembro de 2016, o juízo da 16ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro proferiu decisão que, em caráter liminar, autorizou a cobrança de pedágio pela ViaRio no valor de R\$ 6,60, sendo tal decisão mantida em sede de agravo. Em observância ao prazo de 10 dias fixado na decisão do agravo para informação aos usuários sobre o aumento da tarifa, o novo valor de R\$ 6,60 passou a ser cobrado pela ViaRio em 31 de dezembro de 2016.

Os compromissos futuros relacionados aos investimentos e liquidação de obrigações financeiras, serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores.

Contrato de compra e venda de ações

Em 30 de junho de 2016, a CCR S.A. celebrou Instrumento Particular de Contrato de Compra e venda de ações e outras avenças, sob condições suspensivas, com a Odebrecht Rodovias S.A., com interveniência-anuência e garantia da Odebrecht Transport S.A., e interveniência-anuência da ViaRio, para aquisição da totalidade de sua participação, correspondente a 33,33% do capital social, observados os termos previstos no acordo de acionistas da Companhia. O valor da aquisição é de R\$ 107.690, a serem atualizados a partir daquela data, na forma do contrato. A transação será concretizada após a solução das condições suspensivas.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de período ou exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a curva de benefício econômico.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “p”.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

- Planos de Contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado aos impostos sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01(R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria)

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

q) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a) 1º janeiro de 2018
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a) 1º janeiro de 2018
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b) 1º janeiro de 2019

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e
- (b) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

r) Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 – Benefícios aos Empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário.

Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras do Grupo CCR.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em 21 de fevereiro de 2017, foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 19 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- **Investimentos em títulos financeiros**

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- **Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas e privadas (BM&FBovespa e Bloomberg).

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos e junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais, às debêntures e aplicações financeiras. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12 e 13.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e debêntures.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 635.058 (R\$ 486.791 em 31 de dezembro de 2015), composto por debêntures e empréstimos a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 13.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixas e bancos	1.599	43
Aplicações financeira de curto prazo - CDB	10.522	54.805
	<u>12.121</u>	<u>54.848</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,7% do CDI, equivalente a 14,01% ao ano (13,30% ao ano, em 31 de dezembro de 2015).

7. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico	3.067	-
Receitas de arrecadação	19	-
	<u>3.086</u>	<u>-</u>

Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Crédito a vencer	3.082	-
Créditos vencidos até 60 dias	3	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1	-
	<u>3.086</u>	<u>-</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(79.392)	(13.434)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	26.993	4.568
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(278)	(106)
Resultado de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>26.715</u>	<u>4.462</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>33%</u>

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	77.152	32.478
Custo de transação na emissão de títulos de dívida	247	-
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei nº 12.973/14	16.210	11.083
Provisão para participação nos resultados (PLR)	661	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	20	-
Constituição da provisão de manutenção	30	-
	<u>94.320</u>	<u>43.561</u>
Bases passivas		
Custos dos empréstimos capitalizados	(53.531)	(27.096)
Amortização custo de transação	-	(2.391)
	<u>(53.531)</u>	<u>(29.487)</u>
Ativo diferido líquido	<u>40.789</u>	<u>14.074</u>

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	<u>2016</u>
2017	2.991
2018	5.838
2019	8.203
2020	10.537
de 2021 em diante	49.583
	<u>77.152</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				Saldos		
					Ativo	Passivo	
	Intangível (a)	Ativo financeiro (b)	Despesas financeiras	Serviços prestados (c)	Adiantamento Intangível (d)	Mútuos (e)	Contas a pagar
Controladoras em conjunto							
CCR S.A. (c) (e)	-	-	5.693	1.297	-	66.448	101
Odebrecht Rodovias S.A. (e)	-	-	425	-	-	12.272	-
Invepar (e)	-	-	3.063	-	-	39.374	-
Outras partes relacionadas							
Consórcio Construtor Transrio (a) (b)	53.786	490.721	-	-	-	-	79.052
Total circulante, 31 de dezembro de 2016					-	-	79.153
Total não circulante, 31 de dezembro de 2016					-	118.094	-
Total, 31 de dezembro de 2016	53.786	490.721	9.181	1.297	-	118.094	79.153
Total, 31 de dezembro de 2015	302.579	875.655	-	501	1.485	-	26

Despesas com profissionais - chave da Administração

	2016	2015
Remuneração (f)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	3.754	3.552
Previdência privada	70	75
Seguro de vida	6	3
	<u>3.830</u>	<u>3.630</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2016	2015
Remuneração de administradores (f)	<u>47</u>	<u>-</u>

Na AGO realizada em 14 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.000, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- Refere-se à construção da infraestrutura efetuada pelo consórcio construtor através do contrato firmado em 26 de abril de 2012, para execução das obras civis de implantação da Via Transolímpica;
- Refere-se a transações com o consórcio construtor, por realização de obras no exercício, subsidiadas pelo poder concedente, e liquidadas no mesmo período;
- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 10º dia do mês seguintes à prestação do serviço;

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Refere-se ao adiantamento ao consórcio construtor, à razão de 5% do montante das obras a serem executadas para a construção da infraestrutura, conforme mencionado no item “a”;
- e) Contratos de mútuo remunerados à variação acumulada de 130% do CDI e Taxa Referencial (TR) +9,89% a.a., com vencimento em 15 de janeiro de 2034; e
- f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2015		2016	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	208	43	166	417
Máquinas e equipamentos	592	264	893	1.749
Veículos	121	32	3.219	3.372
Instalações e edificações	376	-	-	376
Sistemas operacionais	4	-	-	4
Imobilizações em andamento	155	38.156	(2.521)	35.790
	<u>1.456</u>	<u>38.495</u>	<u>1.757</u>	<u>41.708</u>

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	201	-	7	208
Máquinas e equipamentos	423	-	169	592
Veículos	121	-	-	121
Instalações e edificações	376	-	-	376
Sistemas operacionais	4	-	-	4
Imobilizações em andamento	261	70	(176)	155
	<u>1.386</u>	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>1.456</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.354 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Não ocorreu capitalização em 2015).

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2015		2016	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Móveis e utensílios	10	(50)	(26)	(76)	
Máquinas e equipamentos	13	(185)	(188)	(373)	
Veículos	22	(43)	(293)	(336)	
Instalações e edificações	10	(376)	-	(376)	
Sistemas operacionais	20	(3)	(1)	(4)	
		<u>(657)</u>	<u>(508)</u>	<u>(1.165)</u>	
		2014		2015	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Móveis e utensílios	10	(29)	(21)	(50)	
Máquinas e equipamentos	28	(97)	(88)	(185)	
Veículos	23	(19)	(24)	(43)	
Instalações e edificações	10	(277)	(99)	(376)	
Sistemas operacionais	20	(2)	(1)	(3)	
		<u>(424)</u>	<u>(233)</u>	<u>(657)</u>	

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

11. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	2015		2016	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	687.040	195.795	(2.152)	880.683
Direitos de uso de sistemas informatizados	150	48	395	593
	<u>687.190</u>	<u>195.843</u>	<u>(1.757)</u>	<u>881.276</u>
	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	318.288	368.752	687.040	
Direitos de uso de sistemas informatizados	90	60	150	
	<u>318.378</u>	<u>368.812</u>	<u>687.190</u>	

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos e debêntures no montante de R\$ 76.532 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 61.006 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016, foi de 19,87% a.a. (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) e 11,63% em 2015.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2015		2016	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	-	(6.281)	(6.281)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(43)	(57)	(100)	
		<u>(43)</u>	<u>(6.338)</u>	<u>(6.381)</u>	
		2014		2015	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de uso de sistemas informatizados	21	(7)	(36)	(43)	

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2016	Vencimento final	2016	2015
Caixa Econômica Federal	CDI + 3,91% a.a.	3,2355% (a)	2.053	-	Abril de 2016	-	131.474
(b) Caixa Econômica Federal	CDI + 4,5% a.a.	8,9407% (a)	2.892	1.949	Abril de 2017	155.768	-
				<u>1.949</u>		<u>155.768</u>	<u>131.474</u>
Circulante							
Financiamentos						157.717	132.847
Custos de transação						(1.949)	(1.373)
						<u>155.768</u>	<u>131.474</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

(b) Em 29 de abril de 2016, através da Cédula de Crédito Bancária (CCB), foi recebido o recurso de R\$ 140.420, com vencimento de principal e juros em 30 de agosto de 2016 e remuneração de CDI + 4,50% a.a. Há faculdade de resgate antecipado, a qualquer momento. A emissão conta com aval corporativo proporcional, não solidário, com ou sem prêmio, dos acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações.

Ao longo de 2016, foram aditadas a Cédula de Crédito Bancário (CCB), postergando a data de vencimento, que atualmente é 27 de abril de 2017.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2016	Vencimento final	2016	2015
4ª Emissão - Série Única	CDI + 4,50% a.a.	5,8355% (a)	2.532	1.702	Abril de 2017	409.992	405.607
						<u>409.992</u>	<u>405.607</u>
Circulante							
Debêntures						411.694	411.266
Custos de transação						<u>(1.702)</u>	<u>(5.659)</u>
						<u>409.992</u>	<u>405.607</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Em 30 de outubro de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 400.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento de juros e principal em 30 de abril de 2016 e remuneração de CDI + 3,50% a.a. A emissão conta com possibilidade de resgate antecipado, a qualquer momento, sem pagamento de prêmio, além de fiança corporativa proporcional, não solidária, das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações.

Em 26 de maio de 2016, foi assinado o 1º aditamento à escritura da 4ª emissão de debêntures, para prorrogação da data de vencimento para 30 de agosto de 2016 e alteração da remuneração de CDI + 3,50% a.a. para CDI + 4,50 a.a.

Ao longo de 2016, foram aditados a escritura da 4ª emissão de debêntures para prorrogação da data de vencimento, que atualmente é 27 de abril de 2017.

14. Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016	
	<u>Constituição</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante		
Trabalhistas e previdenciários	60	60

A Companhia possui processos passivos relativos a questões cíveis e administrativas e trabalhistas e previdenciárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes de R\$ 60 e R\$ 230, respectivamente.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão de manutenção

	2016		
	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Saldo final
Não circulante	85	2	87

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão em 2016 é 15,77%. A mesma é equivalente às taxas de mercado para o período a que se refere. A constituição da provisão de manutenção teve seu início após o início da operação da Companhia.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 283.191 (R\$ 245.470 em 31 de dezembro de 2015).

As ações estão assim distribuídas:

	Participação acionária	2016		2015	
		Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado
Acionistas					
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	33,34%	120.569.852	94.415	102.557.143	81.840
Odebrecht Rodovias S.A.	33,33%	120.533.687	94.388	102.526.382	81.815
CCR S.A.	33,33%	120.533.687	94.388	102.526.382	81.815
Total		361.637.226	283.191	307.609.907	245.470

Em 8 de março de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, pelos acionistas, de acordo com a participação acionária destes, no montante de R\$ 25.721. Foram emitidas 36.432.011 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$ 271.191, totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

Em 28 de setembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, pelos acionistas, de acordo com a participação acionária destes, no montante de R\$ 12.000. Foram emitidas 17.595.308 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$ 283.191, totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

b) Resultado por ação – básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2016	2015
Numerador		
Prejuízo do exercício	(52.677)	(8.972)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	341.792	197.366
Prejuízo por ação - básico e diluído em R\$	(0,1541)	(0,0455)

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receitas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de pedágio	25.800	-
Receitas de construção - aporte	563.892	875.655
Receitas de construção (ICPC 01)	<u>112.759</u>	<u>365.084</u>
Receita bruta	<u>702.451</u>	<u>1.240.739</u>
Impostos sobre receitas	(2.240)	-
Abatimentos	<u>(94)</u>	<u>-</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(2.334)</u>	<u>-</u>
Receita líquida	<u><u>700.117</u></u>	<u><u>1.240.739</u></u>

18. Resultado Financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures e empréstimos	(114.353)	(71.479)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(9.181)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2)	-
Capitalização de custo das debêntures e empréstimos	78.886	61.006
Outras despesas financeiras	<u>(21.194)</u>	<u>(393)</u>
	<u>(65.844)</u>	<u>(10.866)</u>
Receitas financeiras (a)		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.915	9.230
Juros e outras receitas financeiras	<u>3.407</u>	<u>886</u>
	<u><u>5.322</u></u>	<u><u>10.116</u></u>
Resultado financeiro	<u><u>(60.522)</u></u>	<u><u>(750)</u></u>

a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 260.

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2016			2015	
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos					
Aplicações financeiras	10.522	-	-	54.805	-
Contas a receber	-	3.086	-	-	-
Passivos					
Debêntures (a)	-	-	(409.992)	-	(405.607)
Financiamentos (a)	-	-	(155.768)	-	(131.474)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(7.689)	-	(7.223)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(118.094)	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(79.153)	-	(26)
Total	10.522	3.086	(770.696)	54.805	(544.330)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;

Debêntures mensuradas ao custo amortizado – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esse passivo pelo seu valor justo, o saldo apurado seria o seguinte:

	2016		2015	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	411.694	417.323	411.266	415.769

a) Valores brutos dos custos de transação;

b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item, “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações, com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&F Bovespa e Bloomberg), acrescidos dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

• Hierarquia de valor justo

A Companhia possui saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2.

	2016	2015
Aplicações financeiras	10.522	54.805

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas até o vencimento final da operação.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário Provável R\$	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Abril de 2017	411.694	(23.076)	(27.174)	(31.190)
CCB	Aumento do CDI	Abril de 2017	157.717	(8.847)	(10.417)	(11.957)
CDB	Diminuição do CDI ⁽²⁾		83	11	14	17
CDB	Diminuição do CDI ⁽²⁾		1.007	138	172	206
CDB	Diminuição do CDI ⁽²⁾		9.431	1.280	1.600	1.920
			<u>579.932</u>	<u>(30.494)</u>	<u>(35.805)</u>	<u>(41.004)</u>

As taxas de juros consideradas foram:

CDI ⁽¹⁾	13,63%	17,04%	20,45%
--------------------	--------	--------	--------

(1) Refere-se a taxa de 31/12/2016, divulgada pela CETIP.

(2) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/12/2016 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

A Companhia assumiu o compromisso de realizar investimentos, substancialmente representados por obras de construção da Ligação Transolímpica. Estes investimentos foram integralmente realizados no decorrer do exercício, não havendo saldo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 665.421 em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$ 606.669 referentes a compromissos do Poder Concedente e R\$ 58.752, referentes a compromissos da concessionária.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes investimentos, destinados à construção da infraestrutura, foram reconhecidos como ativo intangível à medida que a Companhia obteve o direito de cobrar tarifa de pedágio pela prestação de serviço.

21. Fluxo de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2016</u>
Contas a pagar - partes relacionadas	<u>(53.786)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u><u>(53.786)</u></u>
Aquisição de ativo intangível	<u>53.786</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u><u>53.786</u></u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Composição da Diretoria

Ronaldo Vancellote	Diretor Presidente
Fernando Góes	Diretor Administrativo-Financeiro
José Herzen Salgado Alves	Diretor de Engenharia e Operações

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC/SP 1SP129452/O-3 S/RJ